

NCF Participações S.A.

CNPJ 04.233.319/0001-18
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

Ativos Totais de R\$ 23.293.676 mil e deliberou aos acionistas o montante de R\$ 1.545.000 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Conselho de Administração e Diretoria

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade registrou Lucro Líquido de R\$ 2.304.110 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 21.949.229 mil.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil							
Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Circulante		3.032.469	2.391.448	Circulante		1.212.440	376.457
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	6	1.632.897	1.206.591	Juros sobre o Capital Próprio a Pagar.....	9e	1.185.621	356.564
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados				Impostos e Contribuições a Recolher.....	15g	26.749	19.477
Abrangentes.....	7	881.317	765.018	Outros Passivos.....		70	416
Juros sobre o Capital Próprio a Receber.....		518.255	419.839	Não Circulante		132.007	59.616
Não Circulante		20.261.207	19.050.055	Passivos Fiscais Diferidos.....	15e	132.007	59.616
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados				Patrimônio Líquido		21.949.229	21.005.430
Abrangentes.....	7	5.798.450	5.012.690	Capital Social.....	9a	11.335.195	11.335.195
Ativos Fiscais Diferidos.....	15c	23	141	Reservas de Lucros.....	9d	10.400.797	9.641.687
Tributos a Compensar ou a Recuperar.....	15f	841.313	898.877	Outros Resultados Abrangentes.....		213.237	28.548
Investimentos	8	13.621.421	13.138.347	Total do Passivo e Patrimônio líquido		23.293.676	21.441.503
Total do Ativo		23.293.676	21.441.503				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	Nota	2025	2024
Receitas Operacionais		1.404.767	1.084.735
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	8	1.311.430	1.019.177
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos e/ou a Receber.....	10	93.312	65.558
Outras Receitas Operacionais.....		25	-
Despesas Operacionais		(129.968)	(101.479)
Despesas Gerais e Administrativas.....	12	(315)	(1.151)
Despesas Tributárias.....	11	(129.653)	(100.328)
Resultado Financeiro	13	1.087.954	811.076
Receitas Financeiras.....		843.317	(32.241)
Despesas Financeiras.....		-	-
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		2.362.753	1.794.332
Imposto de Renda e Contribuição Social	15a	(58.643)	(227.195)
Lucro Líquido do Exercício		2.304.110	1.567.137
Resultado básico por ação atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação)			
Resultado por ação ordinária.....		0,58	0,42
Resultado por ação preferencial.....		0,64	0,46

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	2025	2024	
Lucro Líquido do Exercício	2.304.110	1.567.137	
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	184.689	(322.882)	
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Coligadas e Controladas.....	44.166	(139.883)	
Ajuste a Valor Justo - Ativos Financeiros.....	212.914	(277.272)	
Efeito dos Impostos.....	(72.391)	94.273	
Total do Resultado Abrangente do Exercício	2.488.799	1.244.255	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil		
	2025	2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.362.753	1.794.332
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:	(2.077.011)	(1.682.047)
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	(1.311.430)	(1.019.177)
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outros.....	(895.230)	(508.970)
Provisão para Obrigações Legais.....	129.649	(153.900)
Lucro Líquido Ajustado	285.742	112.285
(Aumento)/Redução em Outros Ativos.....	16.609	(73.657)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	(346)	324
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(97.522)	(82.254)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	204.483	(43.302)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos.....	739.214	534.386
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes.....	110.934	681.742
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	850.148	1.216.128
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:		
Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....	(628.325)	(142.153)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(628.325)	(142.153)
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	426.306	1.030.673
Início do Período.....	1.206.591	175.918
Fim do Período.....	1.632.897	1.206.591
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	426.306	1.030.673

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil							
Eventos	Capital Social	Capital Social a Integralizar	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Totais
			Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	10.458.595	-	637.348	7.815.202	351.430	-	19.262.575
Aumento de Capital.....	876.600	-	-	-	-	-	876.600
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	1.567.137	1.567.137
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Coligadas e Controladas.....	-	-	-	-	(139.883)	-	(139.883)
Ajuste a Valor Justo - Ativos Financeiros.....	-	-	-	-	(182.999)	-	(182.999)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	(322.882)	-	1.244.255
Destinações: - Reservas.....	-	-	78.357	1.110.780	-	(1.189.137)	-
- Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	-	(378.000)	(378.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.335.195	-	715.705	8.925.982	28.548	-	21.005.430
Aumento de Capital.....	1.020.284	(1.020.284)	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	2.304.110	2.304.110
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Coligadas e Controladas.....	-	-	-	-	44.166	-	44.166
Ajuste a Valor Justo - Ativos Financeiros.....	-	-	-	-	140.523	-	140.523
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	184.689	-	2.488.799
Destinações: - Reservas.....	-	-	115.206	643.904	-	(759.110)	-
- Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	-	(1.545.000)	(1.545.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	12.355.479	(1.020.284)	830.911	9.569.886	213.237	-	21.949.229

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A NCF Participações S.A. (Sociedade) é uma Sociedade que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades e a realização de aplicações em títulos e valores mobiliários.

2) POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2025. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A Sociedade adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações financeiras quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações financeiras consolidadas, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Sociedade conseguirá cumprir suas obrigações conforme os prazos contratuais.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Administração em 27 de março de 2026.

2.2) Moeda Funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua, que é o Real (R\$). As demonstrações estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e as aplicações financeiras, que são prontamente convertíveis em caixa ou possuem prazo igual ou inferior 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

2.4) Ativos financeiros

A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); e (iii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido).

Mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantido dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais, e os seus termos contratuais derem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de juros efetivos. O valor contábil bruto é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são reconhecidos e inicialmente mensurados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado, incluindo juros ou receita de dividendos.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (Solely Payment of Principal and Interest). Os instrumentos financeiros derivativos, também, são classificados como VJR.

Teste SPPI: O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

Metodologia de apuração do valor de mercado

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo, mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

2.5) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

As aplicações em Fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.6) Investimentos

Os investimentos em Sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

São classificados como controladas as entidades sobre as quais a Sociedade exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos a voto. Poderá ainda existir controle quando a Sociedade possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio seja inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Sociedade controla outra entidade. As coligadas são aquelas entidades nas quais a Sociedade, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não o controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

O resultado das controladas e coligadas adquiridas ou vendidas durante os exercícios são incluídos nas demonstrações financeiras a partir da data efetiva de aquisição ou até a data em que o controle deixar de existir.

2.7) Ágio (Goodwill)

O ágio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e joint ventures. O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão do interesse da Sociedade sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas e coligadas é incluído no valor dos investimentos. Quando a diferença, entre o custo de aquisição e a participação da Sociedade sobre o valor justo dos ativos e passivos identificáveis, for negativo (ganho por compra vantajosa), este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma unidade geradora de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ágio atribuível e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas. Ganhos e perdas auferidos na venda de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relativo à entidade vendida.

2.8) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

A Sociedade avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e está podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por impairment. Nos exercícios de 2025 e de 2024, não houve perda por impairment.

2.9) Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas, passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

2.10) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Sociedade apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Sociedade e mantidas em tesouraria. Não há fatores de diluição do lucro.

b) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição dos juros sobre o capital próprio/dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Sociedade.

2.11) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros, certificados de depósitos Bancários, Letras Financeiras e demais ativos financeiros. As receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.12) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Ativos Fiscais Diferidos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Passivos Fiscais Diferidos".

Os ativos fiscais diferidos sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais ativos fiscais diferidos são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculada à alíquota-base de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder o limite legal. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é apurada a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e

NCF Participações S.A.

CNPJ 04.233.319/0001-18
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

• Emendas do CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros. As emendas, emitidas em maio de 2024, trazem esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros com governança ambiental, social e corporativa (ESG) e características similares, além de abordar critérios sobre a liquidação de passivos através de sistemas eletrônicos de pagamento. Essas emendas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 e a Sociedade está avaliando os impactos destas normas.

• Emendas do CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7 - Contratos Referenciados à Eletricidade Dependente da Natureza. As emendas, emitidas em dezembro de 2024, visam melhorar a forma como as empresas relatam os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade dependentes da natureza, frequentemente estruturados como acordos de compra de energia (PPAs). As emendas incluem esclarecimentos da aplicação dos requisitos de 'uso próprio', permitindo a contabilidade de *hedge* se esses contratos forem usados como instrumentos de *hedge* e adicionam novos requisitos de divulgação para ajudar os investidores a entenderem o impacto desses contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa das empresas. Essas emendas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, com a possibilidade de aplicação antecipada. A Sociedade está avaliando os impactos destas normas.

4) ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

A apresentação das demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC, requer que a Administração da Sociedade formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Sociedade estão assim apresentados:

Classificação e avaliação dos ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. O tratamento contábil dos títulos que possuem depende da respectiva classificação.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os "prêmios de controle" resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que se possa refletir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e qual severa uma perda pode ser reconhecida. Esses métodos de avaliação podem levar a Sociedade a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

8) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial, bem como os valores dos investimentos estão demonstrados a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em mil)		Participação no capital social %	Total dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (3)	
				ON	PN		2025	2024	2025	2024
Banco Bradesco S.A. (1) (2)	87.100.000	178.415.153	23.672.706	451.891	119.775	5,39	9.638.418	9.077.017	1.266.527	911.877
Bradespar S.A. (2) (4)	5.600.125	7.647.771	546.993	34.323	2.525	9,37	716.886	795.213	44.903	107.300
Ágio - Bradesco (5)	-	-	-	-	-	-	2.771.912	2.771.912	-	-
Ágio - Bradespar (5)	-	-	-	-	-	-	494.205	494.205	-	-
Total							13.621.421	13.138.347	1.311.430	1.019.177

(1) Dados relativos às demonstrações financeiras em IFRS de 31 de dezembro de 2025;

(2) A Administração possui avaliação que demonstra que a Sociedade possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria das investidas;

(3) Considera os resultados apurados pelas investidas e juros sobre o capital próprio deliberado com base no resultado das investidas no valor de R\$ 812.254 (2024 - R\$ 628.609), incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;

(4) Empresa *holding* com o seu resultado oriundo, basicamente, da equivalência patrimonial do investimento com influência significativa (Vale S.A.), portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis advindas do seu investimento sobre os resultados do negócio (risco de mercado), os riscos provenientes de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional), aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez) e aqueles advindos da exploração de recursos naturais (risco ambiental), não tendo indícios de *impairment* para os períodos apresentados; e

(5) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações do Bradesco e da Bradespar.

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 11.335.195 (2024 - R\$ 11.335.195) é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro (em quantidade)	
	2025	2024
Ordinárias	2.003.855.511	1.914.731.079
Preferenciais (1)	1.785.916.765	3.621.485.482
Total	3.789.772.276	3.621.216.561

(1) As ações preferenciais não terão direito a voto, mas conferem a seus titulares as seguintes preferências e vantagens: (i) prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Sociedade; e (ii) dividendos de 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Em 19 de dezembro de 2025, foi aprovado o aumento do capital social da Sociedade no montante de R\$ 1.020.284, cuja integralização de 100% do valor das ações subscritas, sendo realizadas em três parcelas: a primeira parcela integralizada em 30 de janeiro de 2026 e as demais com vencimento em 30 de abril de 2026 e 31 de julho de 2026, mediante a utilização de créditos decorrentes de Juros sobre o Capital Próprio previamente declarados no exercício de 2025 pela Sociedade e com pagamento agendado para as referidas datas, ou em moeda corrente.

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	2.304.110	1.567.137
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares)	3.789.772	3.621.217
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais)	0,61	0,43

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, uma vez que não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2025	2024
Reserva legal (1)	830.911	715.705
Reserva estatutária (2)	9.569.886	8.925.982
Total	10.400.797	9.641.687

(1) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social; e

(2) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações financeiras, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está demonstrado a seguir:

	2025		2024	
	% (1)	% (1)	% (1)	% (1)
Lucro líquido do exercício	2.304.110	1.567.137	1.567.137	78.357
Reserva legal	(115.206)	(78.357)		
Base de cálculo	2.188.904	1.488.780	1.488.780	378.000
Juros sobre o capital próprio	1.545.000	378.000		
Imposto de renda retido na fonte - 15% (2)	(87.617)	(21.436)		
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido)	1.457.383	70,6	356.564	25,4

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo; e

(2) Não contempla o Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), referente aos juros sobre o capital próprio dos acionistas isentos.

Em 30 de junho de 2025, foi aprovada a deliberação de pagamento de JCP Intermediário no valor de R\$ 288.100, pago em 31 de outubro de 2025, e de R\$ 381.900, pago em 30 de janeiro de 2026;

Em 25 de setembro de 2025, foi aprovada a deliberação de pagamento de JCP Intermediário no valor de R\$ 460.000 a ser pago em 30 de abril de 2026; e

Em 19 de dezembro de 2025, foi aprovada a deliberação de pagamento de JCP Complementar no valor de R\$ 415.000, a ser pago em 31 de julho de 2026.

10) JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO E DIVIDENDOS RECEBIDOS E/OU A RECEBER

Referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ações Vale S.A.), no montante de R\$ 93.312, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (exercício findo em 31 de dezembro de 2024 - R\$ 65.558).

11) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
Contribuição à Cofins	108.475	83.940
Contribuição ao PIS	21.174	16.382
Outras	4	6
Total	129.653	100.328

12) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
Serviços de terceiros	238	1.045
Editais e publicações	77	106
Total	315	1.151

13) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações em letras financeiras	800.079	696.394
Receitas sobre aplicações financeiras	192.724	47.884
Outros	95.151	99.039
Total	1.087.954	843.317

Provisões e passivos contingentes

As provisões são revisadas regularmente, e constituídas, sempre que a perda for avaliada como provável, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais.

Reconhecimento de ativos fiscais diferidos

O reconhecimento de ativos fiscais diferidos é feito quando há disponibilidade de lucro tributável futuro para consumo do ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias dedutíveis, Base Negativa de Contribuição Social e prejuízo fiscal.

5) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sociedade não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/indiretos, do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") e da Bradespar S.A. ("Bradespar"), os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco ("Organização"), de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

6) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2025	2024
Fundos de Investimentos (1)	114.878	102.411
Certificado de Depósito Bancário - CDB (1)	1.518.019	1.104.180
Total	1.632.897	1.206.591

(1) Estas aplicações financeiras foram avaliadas pela Administração à luz do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e foram consideradas como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento do caixa, inclusive contando com resgates automáticos diários. Conforme consta na Nota 2.3, os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

7) ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Referem-se a: (i) 12.247.321 ações ordinárias, nominativas-escriturais, de emissão da Vale S.A. (Vale), recebidas pela redução de capital da investida Bradespar, classificadas como Nível 1, cujo valor justo em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 881.317 (2024 - R\$ 668.091), sendo o custo de R\$ 493.062 (2024 - R\$ 493.062) e ajuste ao valor justo de R\$ 338.256 (2024 - R\$ 175.029); e (ii) aplicação em Letras Financeiras Subordinadas, emitidas pelo Banco Bradesco S.A., com vencimento acima de cinco anos e classificadas no Nível 2, o custo atualizado e o valor justo era de R\$ 5.798.450 (2024 - R\$ 5.012.690).

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em mil)		Participação no capital social %	Total dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (3)	
				ON	PN		2025	2024	2025	2024
Banco Bradesco S.A. (1) (2)	87.100.000	178.415.153	23.672.706	451.891	119.775	5,39	9.638.418	9.077.017	1.266.527	911.877
Bradespar S.A. (2) (4)	5.600.125	7.647.771	546.993	34.323	2.525	9,37	716.886	795.213	44.903	107.300
Ágio - Bradesco (5)	-	-	-	-	-	-	2.771.912	2.771.912	-	-
Ágio - Bradespar (5)	-	-	-	-	-	-	494.205	494.205	-	-
Total							13.621.421	13.138.347	1.311.430	1.019.177

(1) Dados relativos às demonstrações financeiras em IFRS de 31 de dezembro de 2025;

(2) A Administração possui avaliação que demonstra que a Sociedade possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria das investidas;

(3) Considera os resultados apurados pelas investidas e juros sobre o capital próprio deliberado com base no resultado das investidas no valor de R\$ 812.254 (2024 - R\$ 628.609), incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;

(4) Empresa *holding* com o seu resultado oriundo, basicamente, da equivalência patrimonial do investimento com influência significativa (Vale S.A.), portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis advindas do seu investimento sobre os resultados do negócio (risco de mercado), os riscos provenientes de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional), aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez) e aqueles advindos da exploração de recursos naturais (risco ambiental), não tendo indícios de *impairment* para os períodos apresentados; e

(5) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações do Bradesco e da Bradespar.

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
Despesas financeiras:		
Atualizações monetárias - Passivos contingentes	-	(32.241)
Total	-	(32.241)
Resultado financeiro	1.087.954	811.076

14) PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações.

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro					
	Controlador (1)		Investimento com influência significativa (2)		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	1.518.019	1.104.180	1.518.019	1.104.180
Aplicações financeiras	-	-	5.798.450	5.109.617	5.798.450	5.109.617
Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber	-	-	477.271	419.839	470.181	419.839
Passivos						
Juros sobre capital próprio a pagar	1.185.621	356.564	-	-	1.185.621	356.564

	Exercícios findos em 31 de dezembro					
	Controlador (1)		Investimento com influência significativa (2)		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Ativos						
Receitas/(despesas) com juros	-	-	-	-	-	-
Receitas/(despesas) de juros sobre capital próprio (3)	(1.545.000)	(378.000)	812.254	628.609	(732.746)	250.609
Receitas de aplicação	-	-	978.217	738.753	978.217	738.753

(1) Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações (Cidade de Deus), Nova Cidade de Deus Participações S.A. (Nova Cidade de Deus) e Fundação Bradesco (Fundação);

(2) Bradesco e Bradespar; e

(3) Despesas de JCP são reclassificadas para o Patrimônio Líquido.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os Administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Sociedade.

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.362.753	1.794.332
Encargo total do imposto de renda (25%) e contribuição social (9%) às alíquotas vigentes	(803.336)	(610.073)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas, tributadas nas empresas correspondentes	445.886	346.520
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	49.649	34.115
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(276.166)	(213.727)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	525.3	

...continuação

NCF Participações S.A.

CNPJ 04.233.319/0001-18
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da

NCF Participações S.A.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da NCF Participações S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NCF Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de

segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2026



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Cláudio Rogélio Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 28/03/2026

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/28/NCFFPART1588477728032026.pdf>
Hash: 1774653001dd2410f5049748ebb4558a0183b79713